

## NATALIDADE – MINHA INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: 14.01.2015

### INTRODUÇÃO

Antes de mais, quero em nome pessoal e em nome do Portugal Pro Vida, agradecer o amável convite formulado, que muito me honra pela confiança em mim depositada, na fiabilidade do nosso trabalho em defesa da Vida, da Criança e da Família, ao longo de quase 35 anos...

Sou Acácio Valente, membro de uma Família alargada, nove irmãos, sou casado e tenho duas filhas e uma neta. Em mim convivem as duas realidades: filho de uma Família Numerosa e pai de uma Família Nuclear: apenas duas filhas... Estou numa situação de pré reformado, como gestor de empresas, e, de formação académica, sou Mestre em Bioética pela UCP.

Parabéns ao Governo, em solicitar este estudo e felicito, igualmente, a AR pela ampla discussão promovida, em torno de um problema gravíssimo, de consequências dramáticas, como todos os estudos apontam. É, efectivamente, urgentíssimo adotarmos políticas para a Promoção da Natalidade, a Protecção da Criança e o Apoio às Famílias.

Antes de passarmos ao diagnóstico, às causas e apontarmos orientações, torna-se necessário sabermos do que estamos a falar, isto é, termos a verdadeira noção e consciência do que é uma Criança, o valor supremo da Vida e o que é uma Família, concretamente, a sua importância fundamental na sustentabilidade do modelo social português, e na própria coesão social.

Vali-me, então, de Pressupostos e Fundamentos, verdades incontornáveis por serem resultado da sabedoria de grandes cientistas e, também, do conhecimento empírico tirado da longa história humana.

### 1 - PRESSUPOSTOS – FUNDAMENTOS

#### A – O Valor da Vida

- 1 – *“A Vida é a única dádiva que renova a mundo!.. É um valor máximo, estruturante do Ser Humano e de Humanidade. Dar vida nova ao mundo, gerando seres únicos que engrandecem a comunidade, é um ato sublime de realização humana e social”*. (**Relatório da Comissão**). Daí que o Direito a Nascer seja fundante e estruturante de todos os outros direitos. É o primeiro de todos os direitos!.. Sem vida, não há lugar a qualquer outro direito. O artº nº 2 da **Carta dos Direitos Fundamentais da EU** diz, concretamente: *“Todas as pessoas têm direito à Vida”*. *“Esta lógica antropológica e esta dinâmica social não devem ser negadas aos cidadãos; pelo contrário, devem ser incentivadas publicamente”*. (**Relatório da Comissão**).

2 – *“Sem vida e sem crianças não pode haver crescimento económico; o país empobrece definitivamente, definha, desaparece a alegria das nossas casas e das nossas praças, e instala-se um clima de desesperança endémica e doentia”*. (Relatório da Comissão).

## **B – O Valor das Crianças**

1 – *“As crianças são o melhor do mundo!..”*. (Fernando Pessoa)

2 – *“Sem jovens e sem casais jovens não temos crianças. E sem crianças não temos futuro”*. (Conferência: Gerar Vida – Construir Futuro).

3 – *“Sem crianças não há sustentabilidade, nem futuro, por mais benéfica que seja a retoma económica. Um país, assim, é inviável!..”*. (Relatório da Comissão).

4 – *“Cada criança representa um investimento de retorno económico e social incontornável para a sustentabilidade global das sociedades”*. (Martin Werding – Economista e consultor do governo alemão para as questões da Família).

## **C – O Valor da Família**

### **1 – O Que é a Família**

A Família é o centro natural da Vida Humana; célula primeira e vital da sociedade, onde se vivem e exercitam os valores fundamentais da Vida. Digamos que é o tesouro da Humanidade.

### **2 – Importância da Família**

Na Família aprende-se a amar e a reconhecer a dignidade de cada pessoa, especialmente, dos mais fracos. É nela que se descobre o “eu”, se cria e se aperfeiçoa a personalidade e se aprende a inserir na sociedade. É nesta partilha, e no dom de si, que se define o verdadeiro sentido da Vida. Uma sociedade que abandona as crianças e os idosos, corta as suas raízes e entenebrece, isto é, cobre de trevas o seu futuro.

*“Sem Família, as crianças crescem privadas de bens relacionais cruciais para o seu desenvolvimento harmonioso: as crianças não crescem integralmente”*. *“A Família desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, desde o nascer ao morrer. A sua centralidade, como âmbito de Vida, é inquestionável. A sua presença é importante; a sua ausência ou destruturação gera dificuldades incontornáveis. O seu papel no crescimento sadio das crianças e no apoio aos idosos é fundamental e com custos muito inferiores aos do Estado”*. (Relatório da Comissão).

E sobre a Importância das **Famílias Numerosas**, o **Papa Francisco**, diz: *“Nas famílias numerosas, várias gerações se encontram e se ajudam. A presença dos avós é preciosa, tanto para servir de apoio, como para a educação, ao ajudarem os pais a transmitirem*

*valores aos filhos. As famílias numerosas são um exemplo de Amor e de Vida, e a Esperança da sociedade". Em suma: **A Família é o tesouro da Humanidade!..***

## **D – Função do Estado**

- 1** – Antes de mais, é preciso que se saiba que sem pessoas não há sociedade nem estado. A sociedade organiza-se a partir dos homens e mulheres, das famílias, das organizações económicas e sociais e, assim, se constitui o Estado. Por isso, o Estado só existe para as pessoas e em função das pessoas.
- 2** – Em representação de todas as pessoas, o Estado está obrigado a encontrar formas de apoiar a família, a maternidade e a paternidade, único viveiro da sociedade. Por isso, o Estado, no desempenho das suas funções, utiliza alguns instrumentos, um dos quais a Lei, cuja finalidade é moldar mentalidades, dar sinais à sociedade e às pessoas do que é bom e mau, do valor e desvalor, do útil e do inútil.
- 3** – E no que diz respeito à realização do homem e da mulher, na sua função geradora de Vida e em tudo o que com ela está relacionado, o Estado criou leis para garantia desses direitos fundamentais. **A Constituição da República**, a este respeito, refere o seguinte:
  - a)** *“A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes”* (art. 68, n 2, 3 e 4)
  - b)** *“A Vida Humana é inviolável”*. (art. 24 nº 1).
  - c)** *“A todos é reconhecido o direito à identidade pessoal”*. (art. 26 nº 1)
  - d)** *“A liberdade de consciência é inviolável”*. (art. 41 nº 1).
  - e)** *“Todos têm direito à protecção da saúde”*. (art. 64 nº 1).

Este conjunto de Pressupostos e Fundamentos, autênticas verdades incontornáveis, robustecidas, ainda, com a força da Lei, parecem dar-nos uma garantia absoluta de que o nosso futuro, desde a organização social, à economia e à sustentabilidade do país, está devidamente salvaguardado!.. Pura ilusão!.. A própria Comissão, no estudo apresentado, entende que a causa da Natalidade, além de nobre, é urgente e conclui que o país desconhece como esta realidade dramática compromete, muito seriamente, o nosso futuro!..

## **2 – A NATALIDADE EM PORTUGAL**

- 1** – Portugal é o país do mundo com a mais fraca taxa de Natalidade: 1,21 contra os 2,1 da França e da Irlanda. Por isso, bem longe dos 2,1, necessários para a reposição das gerações. Perdeu-se a capacidade de renovação geracional...
- 2** – Portugal está, também, na cauda da Europa nas transferências do Estado para as famílias, com 1,5% do PIB, contra os 2,3% da média europeia.
- 3** - Em 1920 a Família média portuguesa tinha 6 filhos; hoje, tem 1,21.

- 4 – Em 1980, por cada 100 jovens, havia 44 idosos; hoje, pelos mesmos 100 jovens, há 130 idosos.
- 5 – O último Recenseamento da População Portuguesa, feito em 2012, revelava a seguinte situação:
- a) Redução de nascimentos e aumento dos idosos.
  - b) Quebra da imigração e aumento da emigração.
  - c) Há despovoamento estrutural do território, com zonas do país interior a ficarem desertas.
  - d) O saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e mortos é negativo. Este saldo, só não é mais negativo porque se assiste a uma redução dos mortos pelo aumento da esperança de vida, mercê de uma evolução da medicina.
  - e) O saldo migratório, a partir de 2010, é também negativo, ou seja, saem mais pessoas do que as que entram. Neste agravamento, a crise terá o seu peso, com certeza...
  - f) As mulheres deixam para mais tarde o nascimento dos filhos: antes, o índice de fecundidade incidia entre os 20 e os 30 anos de idade; hoje, situa-se entre os 30 e os 40 anos de idade.
  - g) Assiste-se a um fluxo do interior para o litoral, assim como das aldeias e vilas para as grandes cidades.
  - h) Em 2012, foram feitas projecções para um futuro próximo; mas, apenas, dois anos depois (2014) os resultados são altamente preocupantes!.. A média mensal de nascimentos, no 1º quadrimestre, em 2014, foi de 6.000, o que extrapolado para o ano, temos um número de nascimentos de 72.000 crianças!.. Alarmante!..
- 6 – Sendo Portugal, o país com a mais baixa taxa de natalidade do mundo, uma em cada cinco das gravidezes termina em aborto... O dado estatístico, fornecidos pela autoridade de saúde, informa-nos que a média anual de abortos é de 19.000, o que, em dez anos, representa 190.000 crianças que não nascem!..
- 7 – O crescimento moderado da população, vai decrescendo até 2010, altura, a partir da qual se inicia o forte declínio. Como já referimos, a crise tem aqui uma palavra a dizer...
- 8 - Esta inversão reflete as mudanças socioeconómicas e culturais em Portugal.
- 9 – Segundo as previsões do INE, em 2060, Portugal terá entre os 7 e 8 milhões de pessoas; mas, num cenário mais pessimista, poderá chegar aos 6,3 milhões!..
- 10 – E, sobre a sustentabilidade social do país, o Relatório é claro: dos 340 ativos para cada 100 idosos, podemos passar para 110 ativos por cada 100 idosos!..

### **Consequências Imediatas**

Esta situação, marcada por uma taxa de fecundidade baixíssima, por um saldo natural populacional negativo e por taxas migratórias, igualmente, negativas, vai refletir-se no grau de sustentabilidade da Segurança Social, assim como no Estado Social, tornando-os preocupantes!

**Na Segurança Social**, porque a falta de população ativa (redução de nascimentos e desemprego elevado), não vai gerar fluxos financeiros para prover as necessidades dos reformados...

**No estado Social**, porque não havendo nascimentos, aumenta a taxa de mortalidade, ou seja, o país diminui e deixa de haver o equilíbrio necessário entre crianças, jovens, adultos e idosos! Passa a haver um país de idosos!..

Os países do **Conselho da Europa**, antevendo já um cenário preocupante, sugeriram:

- a) Regresso imediato à situação demográfica positiva, pois, **“sem crianças não há crescimento económico”**.
- b) Implementar políticas em prol da Família que responda aos anseios dos jovens e ao desejo de terem filhos.
- c) Atribuição de abonos de família para os pais.
- d) Vantagens fiscais para as famílias, em função do número de filhos menores.

Contudo, de nada valeram estas alertas e orientações, ao ponto de em 2014 se viver um momento crucial da vida de Portugal.

**Nota:** é nesta altura que o 1º Ministro se preocupa e ordena que se constitua uma Comissão para estudar o fenómeno da Natalidade.

### **O Que Tem Sido Feito?**

Consciente desta realidade dramática, bem como das terríveis consequências, o Estado, tanto a nível Central, como a nível Autárquico, procurou reagir, criando medidas avulsas que acabaram por não ter qualquer reflexo, como vamos ver.

#### **A Nível Central**

- a) Em 2009 o governo disponibilizou 20 milhões de euros: o tal cheque-bebé, o que daria 200,00 euros por criança. Contudo, **esta medida nunca foi concretizada!..**
- b) Aumentou o abono, mas, logo, **em novembro de 2010 foi cortado!..**
- c) Alargaram-se licenças e apoios à maternidade e paternidade, mas **não foram divulgados**.
- d) Reduziram-se as taxas de impostos (fiscalidade), onde entravam despesas feitas com a Família (educação, saúde e habitação); contudo, **logo a seguir, vieram a ser reduzidas e, algumas, cortadas**, por questões orçamentais.

**Conclusão:** Houve, efectivamente, a intenção de incentivar a Natalidade; contudo a maior parte das medidas nem sequer foram implementadas!.. Havia consciência do risco, mas a lógica economicista falou mais alto!..

#### **A Nível Autárquico**

Altamente preocupados com a situação, as autarquias implementaram políticas públicas focalizadas na natalidade, cujo objetivo era fixar as populações e, assim, não verem encerradas as escolas, creches, hospitais, centros de saúde, tribunais, correios e outras estruturas que, no limite, porão em causa a sobrevivência da própria autarquia!.. E, então, reagiram assim:

- a) Cheque para o 1º filho; para o 2º e para o 3º.

- b) Aberturas de contas bancárias pelo nascimento, com depósito a vencer aos 18 anos.
- c) Participação em despesas no comércio local.
- d) Redução de tarifas de água e saneamento.
- e) Eventos pró-natalidade.
- f) Outros apoios, tais como (creches, pré-escolar, manuais escolares, transportes, etc.).

**Conclusão:** Também nada disto surtiu grande efeito porque faltou a divulgação necessária!

### **3 – FATORES CONTRIBUINTES DA BAIXA NATALIDADE**

Não é fácil discernir, no meio de tão complexa problemática, identificar que factores, e quais deles mais contribuíram para esta insustentável situação, que coloca em risco o futuro da organização social, da economia e da sustentabilidade do país...

São vários, e de variada ordem, os factores que concorrem para este cenário dramático. Por uma questão de metodologia, entendi reagrupá-los em três ordens: Económica, Política e Cultural. Vejamos cada uma delas; embora todas elas estejam correlacionadas.

#### **A – Económico-Social**

À primeira vista, parece ser a mais importante – o próprio Relatório da Comissão a refere; no entanto, não é tudo!.. Porventura, nem será a mais determinante para um aumento efectivo e consistente da Natalidade!.. Estamos de acordo que, numa primeira análise, ela têm um peso decisivo, tal como nos mostram os resultados de um inquérito feito aos jovens, onde se perguntava por que motivo não assumiam uma relação conjugal, e aos jovens casais, por que não tinham filhos, ou, que seria necessário para os incentivar a terem filhos. Eles responderam:

- a) – A fecundidade que desejariam, era de 2,31 filhos; a que realizaram foi de 1,03 filhos. Nesta discrepância, disseram pesar as dificuldades da vida: as financeiras, sobretudo.
- b) As pessoas que não tencionam ter, ou ter mais filhos, dizem que não suportam os custos financeiros associados à maternidade/paternidade.

Neste inquérito, mais de 90% dos inquiridos considera que devem existir incentivos à Natalidade, referindo como medidas, por ordem prioritária:

#### **1 - Aumentar o rendimento das famílias, como consequência de:**

- a) Ter emprego e não o ter em precaridade.
- b) Redução de impostos.
- c) Aumento das deduções fiscais.
- d) Aumento dos subsídios para a Educação, Saúde, Habitação e Alimentação.

#### **2 – Facilitar as condições de trabalho, sem perder regalias, como, por exemplo:**

- a) Oportunidades de trabalho a tempo parcial.
- b) Períodos de licença de maternidade/paternidade mais alargados.

c) Flexibilização de horários para quem tem crianças pequenas.

**3 – Alargar acesso a serviços para ocupação dos filhos, durante o tempo de trabalho dos pais e de férias.**

**4 – Assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATLS.**

#### **Conclusão:**

**1 – Falta de expectativas e de futuro para os jovens, que se traduz:**

- a) Falta de emprego.
- b) Emprego precário.
- c) Emprego que não satisfaz nem realiza a pessoa.

Por tudo isto, a vontade e o desejo das famílias terem filhos, e mais filhos, é coarctada com este receio e esta precaridade. **Sem emprego e sem futuro, ninguém arriscar ter filhos!..**

**2 – Efectivamente, os países com melhores taxas de Natalidade são aqueles que mais investem na criação de emprego jovem, no apoio às famílias e que mais garantias dão de estabilidade política, económica e social.**

**3 – A produtividade aumenta em função do bem-estar dos seus empregados. Esse bem-estar passa para a Família.**

#### **B – POLÍTICO-SOCIAL**

As políticas, que têm sido implementadas, têm-se revelado um verdadeiro desastre para a sustentabilidade dos índices de Natalidade e têm sido a causa das seguintes realidades que, por sua vez, ameaçam a coesão social e a sobrevivência de Portugal, como país viável e onde se deseja viver:

**1 – Portugal não tem uma política natalista de apoio às famílias, à maternidade e à paternidade, e manifesta, mesmo, práticas e políticas antinatalistas:**

- a) A maternidade e a paternidade passaram a ser vistas como fator de discriminação (tributária, no trabalho, etc). Há legislação que discrimina a mulher grávida, em favor da mulher que decide abortar. **Até dá a impressão que ter filhos não é normal!** E quando “admitimos” ser normal, pensamos, demasiado, nas vantagens e inconvenientes, ao ponto de a decisão tardar a vir, ou não vir, mesmo!.. As empresas fogem, ou recusam, admitir mulheres grávidas, e quando trabalham e ficam grávidas, arriscam a ficar sem o emprego ou a verem prejudicada a sua carreira.
- b) Há falta de mecanismos de informação, respostas sociais adequadas e incentivos pessoais e profissionais para que as mães possam ter filhos.
- c) A secundarização e/ou relativização de questões fulcrais para a sociedade, como o são as questões do apoio à maternidade e à paternidade.

- d) A ausência de legislação que promova o apoio à gravidez, dado pela Família ou por instituições preparadas para o apoio à vida.
- e) A demissão do Estado na criação de estruturas de acolhimento e apoio a bebés abandonados e a filhos de famílias sem condições, materiais e imateriais, de os ter.

**2 – A despenalização do aborto levou à liberalização e à sua promoção.** (Portaria nº 741-A).

- a) O Estado deixa totalmente desprotegida a Vida Humana até às 10 semanas de gestação, colabora com a sua eliminação, pagando todo o processo de destruição e ainda subsidia a grávida que o pratica, mesmo que sem fundamento!..
- b) Além da liberalização do aborto, a Lei permite que ele se torne num método contraceptivo, quando a pedido da mulher. Dos 19.000 abortos, de média anual, cerca de 5.000, isto é, 25% são recorrências, às vezes no mesmo ano!..
- c) O aborto acaba por ser promovido porque é, integralmente, financiado pelo SNS, independentemente dos rendimentos de quem o faz. Para além disso, até tem direito a licença de parentalidade até aos 30 dias, pagos a 100%!.. **Equiparar as prestações sociais do aborto à maternidade, não é defender e promover a Natalidade!..**
- d) Relativizou o estatuto do objector de consciência. Casos há em que os profissionais de saúde são, mesmo, hostilizados ou ridicularizados!..
- e) **A legislação existente:**
  - 1 – Priva o reconhecimento do embrião e do feto, como sendo já membro da Família.
  - 2 – Priva a grávida de uma consulta interdisciplinar com a presença de um elemento, ou um técnico que defenda a Vida.
  - 3 – Priva a grávida da ecografia a tirar naquele momento de decisão para abortar.
  - 4 – Priva o reconhecimento do “Direito a Nascer”.
  - 5 – Não cria mecanismos de apoio à Vida, à maternidade e à paternidade.
- f) Toda esta legislação, **que é urgentíssimo alterar,**

- Dec. Lei nº 48/1995
- Artº nº 142 do CódigoP Penal
- Lei nº 16/2007 – artº nº 2 e 6
- Portaria nº 741/2007 – artº 6, 16, 19 e 22
- Lei nº 7/2009 – artº 35, 38 e 65
- Lei nº 59/2008 – artº 26 e 41
- Dec. Lei nº 91/2009 – artº nº 2,3,7,8,10,29,35,36,46,50,55,56 e 70
- Dec. Lei nº 89/2009 – artº nº 4 e 10

contribui, decisivamente, para uma redução drástica da Natalidade, não tanto pelos seus efeitos diretos, mas, sobretudo, pela cultura antinatalistas e antifamília que, pouco a pouco, vai formatando a consciência colectiva, condicionando o comportamento e a atitude das pessoas. **É preciso rever esta legislação, urgentemente, sob pena de sucumbirmos!..**

**Conclusão:** Portugal já é o país do mundo com a mais baixa taxa de fecundidade e Natalidade.

Ao ritmo de 19.000 abortos/ano, significa que, em 10 anos, **temos 190 crianças que não deixámos nascer**, o equivalente à população de Coimbra ou Setúbal!.. Uma hecatombe!.. **Sem pessoas não há sociedade nem emprego!..**

**A resposta** às dificuldades que conduzem ao aborto não pode ser a pena capital; **terá de ser encontrada no caminho da Vida!..**

Independentemente de qualquer juízo, moral ou ético, **cabe ao estado dignificar e apoiar a Vida, a Criança e a Família!..**

**3 – As Migrações** constituem um fator determinante da evolução da População.

- a) - Este saldo migratório depende de muitos fatores, de difícil previsão, pois, terão a ver com a conjuntura económica, assim como, com o interesse de Portugal em cativar pessoas.
- b) - Entre 2001 e 2010, o saldo foi positivo, ou seja, entraram mais pessoas do que as que saíram. A partir de 2010 inverteu-se a situação, sendo negativa, progressivamente.

**Imigração**

- a) Portugal tem sabido receber e integrar as pessoas que entram, o que lhe permite ver aumentada a sua taxa de Natalidade, uma vez que os estrangeiros desejam ter mais filhos que os portugueses. Por este motivo, muitos são os que nos procuram para cá viverem e eles sentem-se bem porque os portugueses são hospitaleiros, dizem...
- b) O fluxo de entradas diminuiu porque, por via da crise e das dificuldades do país, alguns vão embora e outros já não vêm.

**Emigração**

- a) Como os estudos têm revelado, este fenómeno aumentou por via das dificuldades do país, principalmente a partir de 2010.
  - 1 – Desemprego.
  - 2 – Emprego precário e/ou não satisfatório, isto é, que não realiza a pessoa.
  - 3 – Ausência de perspectivas de futuro.
- b) A população jovem-adulta, em idade de fecundidade e detentora de grandes habilitações académicas e profissionais, vai embora, com prejuízo enorme para Portugal que os formou, mas, principalmente na Natalidade, uma vez que a grande maioria acaba por se fixar nesses países.

**Conclusão:** Também o fenómeno migratório tem contribuído, significativamente, para baixar as taxas de fecundidade e de Natalidade do país...

**4 – Ausência de uma Política de Desenvolvimento do Interior**

O esquecimento, negligência ou menosprezo, das potencialidades e virtualidades do interior, mesmo em relação à Natalidade é transversal a todos os governos.

- a) O abandono da agricultura, silvicultura e minas.
- b) O fecho de serviços e a retirada de equipamentos estruturais, nomeadamente, escolas, creches, infantários, centros de saúde, hospitais, tribunais, correios, finanças, etc.

Pergunta-se: **Quem é capaz de fazer um filho, sabendo que nestas terras não há nada disto para o educar e fazer dele um homem?**

**É assim que se promove a Natalidade?**

## **5 – Falta de uma Política de Apoio à Família**

- a) A Família é o habitat natural para o saudável nascimento e desenvolvimento da criança de que o país precisa!.. Alguns países, os mais desenvolvidos, perceberam isso e tudo fizeram para inverter a lógica negativa, tomando medidas concretas de Protecção às famílias. França, Irlanda, Canadá e outros, fizeram-no com um sucesso que está à vista de todos!..
- b) Esse desamparo fez com que a taxa de Natalidade viesse para os dramáticos 1,2 filhos e o 1,5% do PIB, nas transferências do Estado para as famílias, conduziu a um deficit, atual, de um milhão e quatrocentas mil crianças, uma situação difícil para a necessária sustentabilidade e coesão social.
- c) A falta de uma política de emprego para os jovens, sobretudo, para os jovens casais.
- d) A facilidade de despedimentos, torna precária a situação e gera incerteza.
- e) A diminuição dos salários e horas extra não pagas.
- f) O Estado não cria creches e infantários, nem comparticipa nos particulares.
- g) Também não comparticipa nas despesas de casa (Renda, água, luz, comunicações, livros, etc.
- h) Não faz refletir todas estas despesas no IRS.
- i) Não atende as recomendações do Conselho da Europa, de outras instituições e dos inquéritos feitos...
- j) Não repõe os abonos de Família.
- k) Não alarga as licenças parentais, ajustadas às necessidades da Criança e da Família.
- l) Não tem uma política de estabilidade nas medidas de apoio: ora, implementa, mas corta, de seguida, ou não chegam, mesmo, a entrar em vigor!..
- m) As empresas não facilitam o apoio aos filhos.
- n) As empresas não promovem nem estão sensíveis ao trabalho flexível. O mesmo se diz quanto ao trabalho em part-time para que os pais possam acompanhar os filhos, prescindindo do prolongamento do horário das creches. **Os pais precisam de estar com os filhos o mais tempo possível...**
- o) As empresas não aceitam mulheres grávidas e muitas são despedidas quando engravidam.
- p) Perdem benefícios quando regressam ao trabalho.
- q) As famílias do interior vêm fechadas as escolas, creches e outras estruturas necessárias para a educação dos filhos.

- r) Falta de uma cultura de proximidade familiar: um cônjuge trabalha em Faro, outro, trabalha em Braga, embora, o casal resida em Vila Real. **Como ter filhos, assim?**
- s) Não podemos continuar a prejudicar as **Famílias Numerosas!**.. Vejamos os seus principais constrangimentos e dificuldades:
  - 1 – As tarifas de água são aumentadas a partir do 2º filho!.. Está a ser considerado o consumo absoluto, quando deveria ser considerado o consumo per-capita...
  - 2 – As empresas dificultam as famílias que precisam de prestar apoio aos filhos.
  - 3 – Não há abonos nem subsídios para fazer face às dificuldades de uma grande Família.

**Conclusão:** Tudo isto são fortíssimos obstáculos ao crescimento das Famílias e da Natalidade!..  
É possível ter filhos, e muitos filhos, sem que a mãe ou o pai tenham de abdicar das suas profissões!.. Basta que haja um apoio abrangente às famílias, em especial às Famílias Numerosas, como se faz em França, por exemplo!..

Torna-se necessário que o Estado remova obstáculos, criando legislação amigável à flexibilidade e à harmonização responsável do trabalho com a Família.

**São necessárias, por isso, políticas públicas, transversais a todas as áreas, por forma a suscitar a necessária estabilidade e confiança nas pessoas e nas famílias...**

É fundamental haver vontade política para encarar, de frente, a questão da Natalidade, fulcral na sobrevivência do país, das pessoas e das famílias. **A Natalidade deve ser uma questão nuclear, das mais importantes na agenda política dos governantes, pois, dela tudo depende: a sustentabilidade da Segurança Social, o Crescimento e prosperidade das pessoas, das famílias e do país, e da estabilidade e coesão sociais...**

## **C – CULTURAL**

É, para mim, dos factores que mais influencia, determina e justifica o cenário dramático que vivemos na Natalidade e seus reflexos altamente negativos em todas as áreas... Não, por que se reflecta de imediato, na hora de decidir, ou seja, se sinta mais rapidamente o efeito da sua força; mas, porque sendo estruturantes e consistentes, o seu efeito pesa, significativamente, na atitude que as pessoas tomam...

Vejamos, então, que reflexos negativos têm tido, na Natalidade, tais atitudes, eivadas de uma cultura, ou de uma mentalidade antinatalistas:

- a) **Verifica-se uma mudança profunda de valores e atitudes.** Os valores culturais tradicionais, plasmados na nossa matriz cultural, estão a ser substituídos por outros que, além de não realizarem os jovens nem os casais, pelo contrário, contribuem, ainda mais, para a sua infelicidade e, conseqüentemente, para a baixa da Natalidade. Assim, verifica-se que:
  - 1 – As pessoas casam mais tarde porque vivem mais para si: **individualismo**

- 2 – Aumento do divórcio: as pessoas são, agora, mais **egoístas, orgulhosas e intolerantes**. Esta atitude mental não favorece uma harmonia conjugal, condição para o aumento da Natalidade.
  - 3 – A Educação das Crianças. Agora, entregues à escola, sem o acompanhamento de pais e avós, tão necessário para a transmissão dos valores. O modelo de educação ministrado está desfocado dos valores da Vida e da Família e sem qualquer sentido de Vida definido.
  - 4 – A mulher reclama a igualdade com o homem. Ela quer a sua independência e, como tal, quer trabalhar... Naturalmente, o seu cansaço e disponibilidade não favorecem a disposição para ter mais filhos. A mulher trabalha muito (casa e empresa)!..
- b) A procriação deixou de ser uma prioridade para a Família:** prevalece mais o fim unitivo.
- c) A Institucionalização do consumo conduz ao individualismo e este, ao egoísmo.** Os meios de Comunicação Social são importantes agentes difusores desta mentalidade hedonista e individualista. Claro que **uma cultura destas não favorece a Natalidade!..**
- d) A relativização do valor da Família:** A Família deixou de ser vista como tendo um valor insubstituível na vida de cada pessoa. Esquecemos que a Família é o habitat natural da Criança e do adulto!..
- e) Prevalência de uma cultura do descartável e do facilitismo** que, sob a capa de modernismo, tem vindo a descurar o valor sagrado e inviolável da Vida Humana. Aqui se abre espaço para o aparecimento de uma cultura abortista que não favorece a Natalidade, como temos visto:
- 1 – Convite à laqueação. Não raras vezes, sempre que num Centro de Saúde aparece uma mãe com muitos filhos, é-lhe proposto fazer a laqueação.
  - 2 – Há empresários a dificultarem a vida dos funcionários, sempre que têm necessidade de prestar apoio aos filhos; contudo, outros há que, até, nem se importam quando algum lhe pede para ir ao veterinário com o animalzinho!..
- f) A prevalência de uma cultura, como a que temos descrito, suscita o aparecimento de algumas atitudes, absolutamente adversas à criação de uma cultura Natalista:**
- 1 – Há cada vez mais pessoas a não assumirem uma união conjugal e a optarem por viverem para si, mesmas... Receiam que não dê certo. Há muitíssimos exemplos.
  - 2 – Os que se comprometem, não querem ter filhos porque atrapalham os seus planos pessoais. Chegam, mesmo, a perder o seu instinto maternal...
  - 3 – As pessoas fogem dos compromissos, deveres e encargos.
- g) Ausência total de um sistema educativo, alicerçado em princípios e valores que eduquem para os valores da Vida, da Família, da Dignidade Humana e, sobretudo, da Responsabilidade, para que, patrões e empregados cheguem a um entendimento**

quanto à criação de condições para que os pais dêem todo o apoio necessário aos seus filhos e família.

## CONCLUSÃO

Não são, assim, tão poucos os factores que fizeram de Portugal o país com a mais baixa taxa de Natalidade do mundo... Esta situação merece-nos uma reflexão, muita séria e profunda, sob pena de perdermos o futuro...

Olhemos para as nações que estavam piores que nós, há anos atrás, e que, agora, mercê de uma vontade política determinada, conseguiram dar a volta à situação. Se eles conseguiram, por que não, nós?

Por outro lado, pegando nas conclusões do Relatório da Comissão que nos dizem,

- 1 – Há casais que querem ter filhos e os que têm, querem ter mais, ainda. Isto, mesmo, nos foi confirmado pelo “Inquérito à Fertilidade de 2013”.
- 2 – É possível implementar uma política para travar esta descida vertiginosa da Natalidade e, até, inverter-se esta dinâmica dramática.
- 3 – Que é possível regressarmos aos valores normais, se dermos prioridade absoluta à Promoção da Natalidade, por um prazo, nunca inferior a 20 anos, bastando para tal, um compromisso estável entre partidos e agentes sociais.,

E convictos que estamos que **a Natalidade é, efectivamente, um factor determinante de desenvolvimento económico e social, ao trazer-nos:**

- a) Desenvolvimento e prosperidade às sociedades.
- b) Emprego, porque havendo crianças, há escolas, creches, infantários, professores, etc.
- c) Aumento da Procura Interna, porque aumenta o consumo.
- d) A resolução do problema da dívida, ao suscitar crescimento.
- e) A redução dos enormes custos com o aborto.
- f) A resolução do problema da sustentabilidade da Segurança Social e da coesão social, hoje e no futuro.
- g) Uma cultura de abertura ao “Outro”, à solidariedade e outros valores, já descritos no conceito de Família.
- h) A resolução do problema do envelhecimento da sociedade,

Portugal, tem, mesmo, condições para sairmos deste abismo que nos trás desorientados.

## PROPOSTA PARA A PROMOÇÃO DA NATALIDADE EM PORTUGAL

Os índices de fecundidade e Natalidade que o nosso país regista, com todas as consequências sociais e económicas, constituem um problema gravíssimo e complexo, cuja solução requer uma coragem extraordinária para o enfrentar, sendo certo que se trata de uma preocupação, cuja origem é transversal a todas as áreas da atividade.

É necessário, por isso, um amplo entendimento entre políticos e agentes sociais, por forma a que, daí, saia um compromisso estável e duradouro, assente na assunção de políticas integradas, que nos permita regressar a valores normais da Natalidade, tendo como primeira preocupação a renovação geracional, a sustentabilidade social e a coesão social.

### **Esta proposta fundamenta-se nos seguintes contributos:**

- 1 - Na voz da história da humanidade que nos diz: *“nunca em períodos de baixa Natalidade se verificou prosperidade e desenvolvimento; já o contrário, isto é, a períodos de elevada natalidade corresponderam, sempre, crescimento económico e progresso”*.
- 2 – Nas advertências do Conselho da Europa e do Parlamento europeu.
- 3 – Nas lições dos vários Inquéritos que têm sido feitos.
- 4 – Numa vida de 35 anos, entregue às questões da Vida, da Pessoa Humana e da família, inserido em associações da causa e, ultimamente, como elemento do Portugal pró Vida.
- 5 – O estudo feito pela Comissão de peritos, nomeada pelo Sr. Primeiro Ministro, cuja finalidade e título adotámos: **“Um País Amigo da Natalidade, das Crianças e das Famílias”**.

Assim, entendemos que uma grande parte das nossas soluções propostas, estão contempladas naqueles sete eixos estratégicos, bem como nas medidas em cada um deles, contidas. Lembramos:

**Eixo Político – Mais Justiça Social – Mais Harmonização Responsável “Trabalho/Família” – Mais Educação e Solidariedade Social – Mais Saúde – Mais Compromisso Social – Mais Facilitador.**

Há, contudo, outras soluções, por nós propostas, que não mereceram a devida importância, por parte da Comissão, e outras que não constam, mesmo, do Documento. Pela sua importância fundamental, aqui as referimos:

- 1 – Reclamamos o devido financiamento para a Natalidade, uma vez que sem filhos não há sociedade e sem sociedade não há crescimento económico e desenvolvimento. Parte dele poderia ser retirado ao que é feito no aborto.

- 2 – Retomar e aumentar a prestação social do Abono de Família, como forma de minimizar o esforço financeiro das famílias, principalmente, das mais fragilizadas.
- 3 – Mesmo, na situação de desemprego da mulher, a Natalidade deve ser subsidiada, à semelhança de outros países da Europa.
- 4 - Promover creches junto ao trabalho dos pais para que estes possam estar mais próximos dos seus filhos e, assim, os acompanhar mais.
- 5 – Que no interior de Portugal, haja condições para as famílias terem e educarem os filhos, não fechando: maternidades, centros de saúde, hospitais, escolas, finanças, comunicações e correios.
- 6 – Por uma política de emprego jovem. Ninguém casa ou tem filhos, sem emprego. Caso contrário, só resta emigrar!..
- 7 - Que sejam assumidos, verdadeiramente, os Direitos Humanos, considerando a Vida como o primeiro dos Direitos Fundamentais, desde a concepção até à morte natural.
- 8 – Adotar e implementar uma Educação e um sistema educativo, alicerçado em princípios e valores, nobres e sublimes, que engrandecem o Homem, e que permita às nossas crianças e aos nossos jovens, definirem um verdadeiro sentido de Vida. Naturalmente, os principais beneficiados são a Vida, a Pessoa Humana (embrião, feto, criança, jovem, adulto e ancião), Família e, conseqüentemente, a Natalidade. **É aqui que está o segredo do desenvolvimento e da paz social!.. Dizia Pitágoras: “*Eduquem as crianças e não será preciso castigar os homens*”.** E onde nos basearmos, para uma Educação, assim? A solução está tão perto e tão longe:

- a) **Tão perto**, porque todos os países do mundo civilizado a adotou por ver nela a solução dos problemas sociais, e não só!..
- b) **Tão longe**, porque num inquérito, feito em 2006, aos estudantes e professores portugueses, 90% deles não sabiam o que é a Bioética, considerada a ciência das ciências!.. Hoje, o panorama não deve andar muito longe, infelizmente!..

9 – A Comissão entendeu que, para por em prática as conclusões deste estudo, seria necessário que fosse criada uma estrutura, com sede institucional, por forma a que pudesse monitorizar a implementação desta política e destas medidas, e aferir, permanentemente, o grau da sua concretização e eficácia.

Confesso, pensar que se trataria de uma estrutura algo pesada, de duvidosa eficácia e de certa forma, financeiramente, onerosa. Em sua substituição, reiteraria, o que sempre defendemos: a **criação do Ministério da Família**, como já o tivemos...

Por se tratar de uma matéria da mais alta importância, para a vida das sociedades, como é a problemática inerente à Família e à Natalidade, e por entendermos ser necessário criar as melhores condições para a implementação deste extraordinário trabalho, julgamos justificar-se esta ascendência à categoria de Ministério.

## CONCLUSÃO GERAL

O Portugal pró Vida, antes como Associação pró Vida, está no terreno há trinta e cinco anos, lutando por esta causa: Vida – Família – Natalidade.

Fazemo-lo com a convicção profunda de que o aumento da Natalidade representa o principal factor do crescimento económico de Portugal e constitui a solução eficaz para a salvaguarda da sustentabilidade e coesão sociais de que o país tanto necessita.

Nesse sentido, continuaremos a sensibilizar os nossos cidadãos e a motivar os governos para que assumamos, corajosamente, este gravíssimo problema que temos em mãos, sob pena de sucumbirmos como nação, livre e independente.

Estaremos, por isso, em todas as iniciativas que tenham como finalidade a defesa das nossas crianças, das nossas famílias e da sociedade portuguesa.

Por isso, apoiámos o Manifesto *“Por uma Família europeia global e eficaz em favor da Família: Tesouro da Humanidade”* e apoiamos a *“Iniciativa Legislativa de Cidadãos: “Lei de Apoio à Maternidade e à Paternidade – Do Direito a Nascer”*.

Finalmente, reiteramos que continuaremos a lutar, incansavelmente, pela implementação, em Portugal, de um sistema educativo que nos conduza a uma cultura bioética, onde o principal e único objetivo é o respeito sagrado pelo “outro”.

Muito obrigado pela forma gentil como me receberam e bem hajam pela paciência em me terem ouvido...

Desejo-lhes, ardentemente, a maior coragem para não perdermos, porventura, a última oportunidade de repormos Portugal no trilho do desenvolvimento e da paz social, o que passa, inexoravelmente, pela defesa das nossas crianças, das nossas Famílias, cientes de que, assim, **vamos dar luz verde à Natalidade!..**

## AS FRAGILIDADES DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PERITOS

- 1 – Dado tratar-se de um Documento teórico, muito bem concebido e elaborado, desejaria ver os conceitos “Criança” e “Família”, melhor fundamentados, à semelhança do conceito de “Natalidade” que está analisado em profundidade.
- 2 – O Relatório faz um excelente diagnóstico da situação, isto é, vê e julga, bem a problemática da Natalidade, sugerindo orientações, clara e objectivas, de acordo com o ver e julgar. Não é tão feliz nas medidas contidas naqueles sete eixos estratégicos, metodologicamente, muito bem definidos!.. Digamos que dá a receita dos apoios para os casais minimizarem as suas dificuldades financeiras para sustentarem a Família; mas, ignora, ou minimiza, o factor cultural, embora refira, ao de leve, que existe uma mudança de mentalidade, que também não ajuda a Natalidade. Ora, estando aqui a essência do problema, achamos que deveria ser exaustivamente fundamentado.

Foi para colmatar esta “falha” que o Portugal pró Vida se viu na obrigação de acrescentar aquelas medidas e que sugerimos sejam tidas em linha de conta, no Plano de ação, para bem da Criança, da Família e da Natalidade.

- 3 – Não vemos grande benefício, para a Natalidade, a criação de uma estrutura, com sede institucional, para garantir os objectivos que se propõem atingir, que são as orientações sugeridas.

**Sugerimos, sim, em sua substituição, a Criação de uma Pasta Ministerial: A FAMÍLIA.**

Entendemos que só com uma estrutura institucional destas, será possível implementar todas as políticas e medidas necessárias para a Promoção da Natalidade e defesa das crianças e das Famílias.

- 4 – Fala-se em flexibilização dos horários das creches; contudo, nós preferimos, de longe, a flexibilização dos horários de trabalho nas empresas, para que os pais pudessem estar mais tempo com os filhos.

- 5 – O Dr. Joaquim Azevedo, logo após ter sido nomeado, referiu que o problema da Natalidade seria pacífico, na justa medida em que não era uma questão ideológica...

Permitam-me discordar em absoluto...

É, mesmo, uma questão ideológica, veiculada por uma opção filosófico-cultural, caracterizada pela predominância do **Individualismo, do egoísmo, do indiferentismo, do hedonismo, da desresponsabilização e da instrumentalização da Pessoa Humana...**

**Então, o que são:**

- a) O apoio ao aborto, feito as vezes que entenderem, e com mais regalias sociais do que a maternidade?
- b) O desrespeito pela Pessoa Humana (aborto e eutanásia)
- c) O desamparo e o ataque às famílias.
- d) A tentativa de impor a Ideologia do Género: uma forma subtil de subverter a ordem natural e antropológica da Família e da Pessoa Humana

O que é isto, senão, uma questão ideológica?

A origem do problema da Natalidade e de quase todos os problemas de que Portugal padece, está, exactamente, aqui!..

**Numa cultura pró Vida**, assumimos, pelo contrário, uma cultura de Vida, uma cultura Bioética, baseada no princípio da Responsabilidade e no respeito máximo pelo “outro”: o respeito pela Pessoa Humana, desde a concepção até à morte natural e a sua inalienável dignidade.

O respeito pela Família, como sendo o lugar ideal de realização da Pessoa Humana, é sagrado!..

Por isso, a questão da Falta de natalidade é, mesmo, uma questão ideológica!..

Pelo Portugal pró Vida

Acácio Valente

